

## ATA NÚMERO 157/XIII (4.ª)

M

A 16 de janeiro de 2019, pelas 18:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, do Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), António Filipe Pimentel, sobre as razões que o levaram a terminar o seu mandato, não se recandidatando ao cargo devido às suas reservas relativamente à proposta de decreto-lei que o Governo está a preparar sobre o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos.

---

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas ao Senhor Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), António Filipe Pimentel, e ao Diretor-Adjunto José Alberto Seabra Carvalho, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar proponente do requerimento para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor **Deputado José Carlos Barros (PSD)** iniciou a sua intervenção salientando que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou o requerimento em análise depois do anúncio feito pelo Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga sobre a sua indisponibilidade para continuar a dirigir o Museu depois de junho de 2019, facto que se reveste de grande importância tendo em conta não só a relevância da instituição em causa como também a qualidade consensualmente reconhecida do trabalho que ao longo de uma década desenvolveu à frente do Museu e as razões invocadas para a indisponibilidade manifestada se prenderem com o novo regime de autonomia dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos.

Nesse sentido, perguntou ao Diretor do Museu quais as condições que lhe têm faltado para o exercício da sua missão e qual a reserva que a proposta do Governo para os museus lhe merece e que justificam a sua anunciada indisponibilidade.

Referiu também que, em maio de 2016, em visita ao MNAA, o Senhor Primeiro-Ministro anunciou um projeto-piloto de autonomia de gestão do MNAA, que nunca chegou a avançar. Nesse sentido, perguntou se esse modelo tinha sido discutido com a direção do Museu e quais tinham sido as razões que impediram que este anúncio não tivesse tido concretizado. Dois anos depois desse anúncio, em maio de 2018, o Senhor Primeiro-Ministro anunciou o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus - e que, de resto, é aquele que hoje está em discussão -, mas cedo se percebeu que não se tratava de uma verdadeira autonomia na medida em que o projeto de decreto-lei assenta no princípio das estruturas continuarem dependentes da Direção-Geral do Património Cultural, registando-se de facto uma delegação de competências mas não uma efetiva autonomia, regime esse que não permitirá resolver nenhuma das dificuldades existentes, designadamente a nível dos recursos humanos e financeiros.

Terminou a sua intervenção salientando que uma das críticas que o Grupo Parlamentar do PSD faz a todo este processo resulta do facto do projeto de decreto-lei ter sido elaborado em segredo e de o Ministério da Cultura se ter recusado a travar em torno dessa questão um debate. Na audição pública que teve lugar na Assembleia da República sobre a autonomia dos museus vários intervenientes fizeram referência ao facto de o projeto de decreto-lei não ter sido discutido com o sector, inclusivamente com os diretores da Direção-Geral do Património Cultural (tanto quanto se sabe, ele foi enviado apenas para conhecimento para os diretores por email). Daí perguntar ao Senhor Diretor do MNAA qual a participação que teve em todo este processo, enquanto diretor do primeiro museu nacional e por inerência subdiretor da DGPC, e que contributos lhe foram solicitados.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Sousa (PS), Luís Monteiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram diversas questões.

A Senhora **Deputada Carla Sousa (PS)** começou por sublinhar que ao longo da XIII Legislatura o Grupo Parlamentar do PS aprovou sem exceção os requerimentos apresentados na 12.ª Comissão pelos diferentes grupos parlamentares e que este, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD,

não tinha constituído uma exceção. Considera que, depois da audição pública sobre «Autonomia dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos», organizada pela 12.ª Comissão e para a qual foram convidados todos os diretores de museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, a audição do Senhor Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga é um pouco desajustada e, inclusivamente, poderá ser tida pelos outros diretores de museus e monumentos nacionais que estiveram presentes na referida audição como uma desconsideração. Provavelmente razões de força maior não terão permitido a vinda do Diretor do MNAA a esse debate alargado onde a sua intervenção, enquanto membro de uma grande instituição tutelada pela DGPC, em conjunto ou em dissonância com os restantes, poderia ter sido extremamente relevante.

Adiantou, de seguida, que os problemas vividos pelo MNAA são essencialmente os mesmos com que os restantes museus se deparam no seu dia-a-dia. No novo regime de autonomia não está contemplado nenhum regime de exceção para o MNAA e as reuniões para as quais o diretor tem sido convocado são essencialmente as mesmas a que os restantes diretores têm assistido na medida em que todos fazem parte da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Remeteu as responsabilidades das atuais carências para os anteriores governos do PSD, elogiando a iniciativa do atual Governo de construir um novo regime jurídico de autonomia. Na audição pública organizada pela 12.ª Comissão ficou claro que os museus e monumentos vivem dias difíceis, resultado de um acumular de décadas de incúria, sendo importante assinalar que os problemas agravaram-se com a criação do atual espartilho, a DGPC, uma estrutura orgânica que foi criada pelo governo do PSD, onde o desinvestimento nas estruturas foi muito elevado. Considera que o Governo está a construir um novo regime jurídico que garanta uma maior autonomia de gestão, procurando resolver até ao limite do possível alguns dos problemas existentes e garantindo uma maior valorização e desenvolvimento dos museus, permitindo a essas estruturas tomar decisões quanto à sua atividade e programação e que as receitas obtidas pela sua atividade venham a ser afetadas diretamente à estrutura, o que lhes permitirá garantir, de uma forma atempada, a construção da sua programação.

Terminou a sua intervenção defendendo o princípio da solidariedade entre os museus da DGPC, existindo em Portugal uma série de museus que custeiam os restantes, o que permite garantir a coesão cultural. Segundo dados da DGPC de 2017, um desses museus deficitários é exatamente o MNAA e tem sido o espírito solidário dos outros que tem permitido que as despesas sejam pagas.

Por fim, considera que o Diretor do MNAA tem patrocinado alguns dos debates públicos mais estimulantes que têm havido sobre esta matéria, mas espera que o diálogo continue a decorrer não só nas páginas dos jornais mas também com a Ministra da Cultura, que ainda recentemente fez uma reunião para debater esta problemática.

O Senhor **Deputado Luís Monteiro (BE)** salientou a burocracia existente entre os serviços centrais e os museus, o que frequentemente constitui um entrave ao seu trabalho, havendo, pois, necessidade de garantir que os museus têm os seus instrumentos para conseguirem cumprir a sua missão. É de facto um problema transversal a todo o sector e na audição pública que teve lugar na Assembleia da República todos chegaram à conclusão de que é preciso descentralizar e desburocratizar toda a máquina burocrática que não tem funcionado da melhor forma.

Para o Grupo Parlamentar do BE não existe autonomia sem um compromisso de financiamento. Independentemente do projeto que o Governo venha a apresentar em relação à autonomia dos museus, a tutela tem também de apresentar um compromisso de financiamento e dizer como vai resolver a questão dos planos plurianuais, já que essa é uma das grandes reivindicações do setor, não se esquecendo também do problema crónico da falta de recursos humanos. Conhecendo as dificuldades existentes na autonomia e até na contratação de recursos humanos, que está sempre dependente da tutela, o Grupo Parlamentar do BE defende que o museu, enquanto entidade pública que é, deve manter uma lógica de contratação em respeito ao que são os mais básicos direitos laborais e daí estar preocupado com um conjunto de contratos de prestação de serviços que têm sido assinados entre o MNAA e uma determinada empresa para uma exposição temporária que vai ter lugar em março, contratos esses que contêm cláusulas claramente abusivas.

A Senhora **Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)** começou por elogiar o trabalho desenvolvido pelo Diretor do MNAA, que é hoje um museu refrescado, vivido e com alma, e lamentar a sua saída.

Em relação à autonomia dos museus, referiu que na audição pública que teve lugar na Assembleia da República ouviram-se relatos acerca da negligência do Estado relativamente ao património propriamente dito, encontrando-se grande parte dele abandonado ou em vias de o ser, e ao seu desinteresse em melhorar este estado de coisas tão concentrado que está na sua visão

centralizadora e autoritária. Daí ser necessário encontrar soluções para situações que são exclusivamente da responsabilidade do Estado. O princípio da solidariedade invocado faz todo o sentido, mas não nos podemos esquecer que o princípio da responsabilidade do Estado é um princípio básico e basilar em que toda esta questão.

Por outro lado, na referida audição pública vários diretores de museus referiram-se ao facto de não conseguirem manter o necessário quadro de guardaria e de vigilância e daí perguntar ao Senhor Diretor do MNAA que medidas têm de ser tomadas e quantas pessoas são necessárias para que a situação possa ser resolvida a melhor forma. A este propósito, reportou-se também à segurança das reservas existentes, se existe algum perigo de conservação das mesmas e se está tudo devidamente acautelado.

Sendo que para os técnicos do MNAA a proposta de autonomia é «uma mera delegação de competências no diretor das instituições», questionou o Diretor sobre se se revê ou não nessa posição.

Relativamente às missões museológicas, perguntou também ao Senhor Diretor em que é que a autonomia pode ajudar nestas missões de investigação e de conservação. Como o projeto de decreto-lei prevê concursos internacionais para a direção dos museus, perguntou se não seria também relevante a possibilidade de contratação externa à função pública de conservadores, o que faria sentido ser também feito a nível internacional.

Por fim, pediu ao Senhor Diretor se podia dar aos Deputados uma fotografia do Museu nos últimos 10 anos.

A Senhora **Deputada Ana Mesquita (PCP)** começou por referir que, atendendo à abordagem que o Grupo Parlamentar do PCP faz de toda esta questão é a de valorização dos serviços públicos e dos seus trabalhadores. Daí ter iniciado a sua intervenção dando uma palavra à extraordinária equipa do MNAA que esteve presente e bem representada na audição pública que teve lugar na Assembleia da República, bem como saudando todas as equipas de cada um dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos do nosso país e o esforço que têm feito em defesa do nosso património cultural em condições que se foram agravando fruto de uma política protagonizada por sucessivos governos e que lhes foi piorando as condições de trabalho.

Disse que se há uma vontade política efetiva da parte do Governo para levar a cabo esta valorização de serviços públicos, então há uma série de aspetos incontornáveis que têm de ser tidos em conta, um dos quais respeita ao aumento do investimento, à política de contratação e de rejuvenescimento dos quadros da Administração Pública. Apontou também que um outro aspecto importante tinha a ver com a criação de condições objetivas de trabalho não apenas para os trabalhadores mas também para aquilo que é a gestão das próprias instituições, na medida em que a autonomia dos museus tem muito a ver com o financiamento das condições de trabalho, com a contratação e também com a própria organização do património cultural. Exercer o cargo de diretor à frente de um museu desta natureza envolve com certeza enormes desafios e diversos condicionamentos, entre os quais está desde logo o problema da falta de recursos humanos e da passagem de conhecimentos, sendo prioritária a sua resolução e a adoção de medidas muito assertivas em relação a este problema.

Por último, como o Senhor Diretor referiu que em virtude de todo este processo os museus, os monumentos, os palácios e os sítios arqueológico estavam finalmente a ganhar voz e a ter uma maior dimensão pública, perguntou se esta não seria esta a altura ideal para prosseguir o esforço que tem vindo a ser feito.

O **Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga** respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo começado por dizer que a falta de condições operacionais tem sido sistematicamente denunciada pelo Museu ao longo dos anos à tutela. Enquanto Diretor do Museu tem denunciado sistematicamente a situação de rutura, as limitações orçamentais e a falta de recursos humanos, o que tem obrigado ao encerramento temporário de várias salas do Museu, nunca tendo obtido respostas aos problemas e fragilidades do MNAA. A segurança e preservação do património do Museu continuam a não estar asseguradas e foi essa a razão que o levou a anunciar que sairá da instituição no final da sua comissão de serviço por falta de condições. Houve uma denúncia sistemática de rutura da parte do Museu aos sucessivos Ministros da Cultura, que não tiveram qualquer tipo de acolhimento por parte da tutela.

Considera que o desafio que aceitou há nove anos para dirigir o MNAA, feito pela ex-Ministra Gabriela Canavilhas, e de defender e promover o Museu, sabendo que estava a partir do zero e de

uma realidade nova a construir com a equipa do Museu, foi cumprido. Neste momento tem plena consciência que não é possível continuar a exercer essas funções por ausência de condições financeiras e de recursos humanos, como, de resto, foi reconhecido na audição pública que teve lugar na Assembleia da República por todos os Senhores Deputados. O NIF é o *ground zero*, o que põe em causa a própria designação de autonomia pois a manter-se toda a arquitetura do sistema com a integração de todos os serviços dependentes da DGPC ou das direções regionais de cultura não há de facto alteração do quadro jurídico existente. Ao não existir número de identificação fiscal a autonomia é pura ficção, representando o regresso a condições perdidas há 10 anos atrás, que já era na altura eram obsoletas e que diziam respeito a um paradigma que estava muito aquém do salto que o MNAA deu. A inexistência de condições e a eminência de rutura de recursos humanos numa instituição como esta torna inviável a sua continuidade como diretor do Museu.

Em relação à ausência da direção do Museu na audição pública que teve lugar na Assembleia da República, disse à Deputada Carla Sousa que a instituição esteve muito bem representado pelo seu corpo coeso de funcionários, exatamente os mesmos que se pronunciaram por unanimidade e publicamente em defesa da instituição.

Disse também ter a Senhora Deputada Carla Sousa dificuldade em entender que estamos a tratar igual aquilo que é diferente, que o projeto de decreto-lei nasceu de uma forma muito enviesada e com um secretismo patente e que não houve diálogo com as instituições objeto do projeto de decreto-lei. O projeto não só mistura monumentos com museus e sítios arqueológicos, que são realidades diferentes e com necessidades e missões diversas, como mistura museus de escalas, necessidades e vocações diversas.

Quanto à proposta do novo regime jurídico de autonomia de gestão de museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos que o Governo pretende aplicar ainda este ano, o diretor considerou que, a ser efetivada, irá confrontar os diretores com um contrato-programa de cinco anos, sem condições para o cumprir e que não há uma verdadeira autonomia sem financiamento e recursos humanos. Defende que a iniciativa "trata igual o que é diferente" e que, «embora a falta de recursos seja transversal a todos, o projeto mistura museus, monumentos e sítios arqueológicos, que são unidades orgânicas muito diferentes, e também de escalas muito diversas, que, embora tenham uma mesma dignidade intrínseca, têm necessidades distintas».

Os contratos a que o Senhor Deputado Luís Monteiro se referiu são bem elucidativos da situação de precariedade em que o Museu é obrigado a trabalhar. O MNAA não assinou contrato nenhum e não tendo NIF não pode sequer contratar ninguém. É a DGPC que o faz e que assinou o contrato com essa empresa. Toda a operatividade do Museu durante os últimos anos foi feita com o uso de o NIF do Grupo de Amigos do MNAA que permitiu contornar sistematicamente a burocracia que a estrutura impõe. Sendo uma instituição de utilidade pública com 107 anos de serviço prestado e com a extensão e a escala que tem, o Grupo de Amigos do MNAA tem conseguido apoiar o Museu e ser parceiro das suas exposições e pode-se mesmo dizer que sem o seu apoio não tinha conseguido funcionar.

Referiu-se também ao desconhecimento e à opacidade e falta de transparência existente em torno do projeto de decreto-lei. É um documento que não seguiu as vias naturais de discussão e de recolha de opinião informada. Atendendo à escala do MNAA, à equipa e representatividade que tem e à sua capacidade de internacionalização é no mínimo estranho que não tenha sido sequer ouvido!

Disse também que o MNAA «trabalha no fio da navalha» e alertou a Comissão para as condições de segurança do acervo do museu e para a necessidade de reforçar os seus meios. A segurança das reservas do MNAA é extremamente preocupante e coloca em causa por completo aquilo que é o dever de um diretor de um museu, de uma instituição desta natureza. Daí a sua decisão de abandonar o cargo em junho. Não foi uma decisão imponderada, irrefletida ou uma birra mas, sim, algo de muito ponderado, amadurecido e que tentou evitar até ao limite.

Disse que em 10 anos o MNAA passou do «8 para o 80» e lembra-se que quando iniciou as suas funções as salas encontravam-se vazias, sem pessoas e que o Museu mais parecia o «jazigo dos benfeitores da Misericórdia». Defende que o Museu é um bem público que deve ser usufruído por todos e que tem um papel pedagógico a cumprir. Para que isso possa ser feito tem de existir a montante uma equipa de investigadores, na medida em que um museu é essencialmente um centro produtor de conhecimento – e, de resto, foi essa a razão que levou o MNAA a começar a produzir conhecimento, a estudar, a produzir exposições e a fazê-lo de uma forma com elevada qualidade.

Não é possível continuar a ignorar uma situação que, sendo transversal a todos os museus, tem hierarquias que devem ser respeitadas.

Respondendo à Senhora Deputada Ana Mesquita, disse que o trabalho que a equipa do MNAA tem desenvolvido é bem visível e que é bem mensurável o salto que foi dado. As conclusões do estudo público encomendado pelo Governo referente ao ano de 2015, e que foi feito em relação a todos os museus nacionais, é bem elucidativo do salto de gigante dado pelo MNAA em relação a todos os outros.

Por fim, convidou os Senhores Deputados a visitar o Museu e a conversar com a sua equipa para que dessa forma possam conhecer as condições em que ali se trabalha.

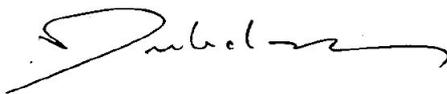
Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS), Luís Monteiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo o Senhor Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga respondido no final a todas as questões colocadas pelos Senhores Deputados.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 21 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de janeiro de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício**



**(Pedro do Ó Ramos)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na reunião de 22 de janeiro de 2019

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Carla Sousa  
Diana Ferreira  
Edite Estrela  
Isabel Cruz  
João Pinho de Almeida  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Liliana Silva  
Luís Monteiro  
Maria Conceição Loureiro  
Sara Madruga da Costa  
Susana Lamas  
Ana Mesquita  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
Margarida Balseiro Lopes  
Pedro do Ó Ramos  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Diogo Leão  
Helga Correia  
Joel Sá